CAPÍTULO 8

Raça, gênero e pandemia no Brasil: vidas e números

*Isadora Lins França
Gustavo Rossi*

Era 20 de maio de 2020 quando Mércia Francisco Alves, de 68 anos, faleceu no hospital Emílio Ribas, em São Paulo. Foi a primeira profissional de saúde a morrer em decorrência da covid-19 naquele hospital que, desde o início da pandemia, se tornou referência para os casos da doença no estado. Mércia era uma mulher negra que há 28 anos trabalhava como auxiliar de enfermagem.¹ Era hipertensa e diabética.

1. Este capítulo foi escrito em julho de 2021. Os dados e os estudos aqui mencionados revelam o quadro de informações e debates produzidos até aquele momento. Nossa parceria neste trabalho, no entanto, iniciou-se em 2020, como parte de nossas atividades didáticas no contexto da pandemia de covid-19 na Universidade de Campinas. A ideia, naquele momento, era arriscar uma reflexão politicamente engajada, voltada para o debate com nossos estudan-

Na notícia sobre sua morte, na *Folha de S. Paulo*, sua filha afirmou que a mãe deveria ter sido afastada desde o início da pandemia, devido à idade e às comorbidades. A profissional e outros funcionários de grupos de risco da pandemia estavam na lista para serem deslocados a outro setor do hospital, de modo a protegê-los do contágio pelo vírus. Segundo a filha, no entanto, o nome de Mércia não apareceu na lista e ela seguiu trabalhando. O diretor do Emílio Ribas afirmou que Mércia já estava trabalhando na área administrativa do hospital e que ela poderia ter se contaminado em qualquer lugar. Nas redes sociais, segundo a notícia, os colegas de trabalho questionavam como Mércia, naquela idade e com suas comorbidades, ainda estava trabalhando no andar de pacientes com covid. Somente após o seu falecimento que o hospital passaria a orientar o afastamento de funcionários acima de 65 anos, e não só aqueles acima de 70 anos, como era quando Mércia adoeceu (Collucci, 2020).

Já Cleonice Gonçalves tinha 63 anos quando faleceu em razão da pandemia. Cleonice também era uma mulher negra; trabalhava como doméstica e foi a primeira pessoa a morrer de covid-19 no estado do Rio de Janeiro, em 17 de março de 2020. Assim como Mércia, ela também era dia-

tes de graduação e que trouxesse as dimensões de raça e gênero para o centro da discussão da pandemia. Nosso objetivo também era homenagear as vítimas da pandemia na figura de Mércia Alves e Cleonice Gonçalves, mulheres negras cujas mortes nos pareciam representativas das vulnerabilidades de raça e gênero no âmbito da crise sanitária. Nossa pretensão, portanto, não era – e continua não sendo – oferecer uma abordagem totalizante sobre as dimensões de raça e gênero na pandemia, mas antes propor uma reflexão que tomasse essas dimensões como um eixo e um ponto de partida, elaborada no calor do momento.

bética e hipertensa. Quando Cleonice faleceu, o coronavírus ainda não havia se espalhado pelo Brasil, muito embora já se transformasse em motivo de preocupação, com medidas de distanciamento social sendo adotadas em vários lugares. Naquele momento, contudo, parecia improvável que Cleonice tivesse se contaminado na cidade de Miguel Pereira, onde residia, a 120 km do seu local de trabalho, no bairro do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. Ocorre que Cleonice trabalhava e morava na casa da patroa, recém-retornada da Itália, onde, ali sim, a pandemia enfrentava o seu pico. Ao retornar da viagem internacional, a família entrou em quarentena, mas não dispensou Cleonice. Quando a patroa testou positivo para covid-19, Cleonice já estava internada e faleceria pouco depois. Sem o diagnóstico imediato, teve suas chances diminuídas. Cleonice começou a trabalhar como doméstica com 13 anos de idade e há 20 anos trabalhava para a mesma família (Melo, 2020).

Desde as mortes de Mércia e Cleonice, em meados do primeiro semestre de 2020, ainda no início da pandemia, o Brasil acumulou números e cenários assombrosos. No momento em que escrevemos esse texto, o país já somava mais de meio milhão de mortes, as quais revelam e acentuam as muitas formas como as políticas de fazer e deixar morrer são atravessadas por raça, classe e gênero. Escolhemos, contudo, iniciar nossa discussão com as histórias de Mércia e de Cleonice, porque elas qualificam um pouco o que são esses números. Por que mulheres? Por que mulheres negras? Por que tão expostas? Por que suas vidas poderiam ser preservadas e não foram? Essas são algumas das perguntas que

funcionam como nosso ponto de partida, bem como as próprias histórias de Mércia e Cleonice. Neste capítulo, pretendemos explorar esses temas à luz da contribuição dos feminismos negros na articulação com trabalhos que trataram das intersecções entre raça, gênero e trabalho no Brasil, com foco nas profissionais de saúde e no trabalho doméstico. A ideia aqui não é fazer nada exaustivo, mas destacar alguns pontos que, ligados entre si, revelam algo sobre como vivemos uma pandemia que tem gênero, raça e classe.

Mundos pandêmicos, perspectivas feministas

Muito tem se falado sobre a relação entre gênero, trabalho e cuidado na pandemia. Pesquisadoras têm destacado a sobrecarga que compete às mulheres no sistema de *home office*, dividindo-se entre o cuidado com os filhos, o trabalho doméstico e as atividades profissionais (Bonelli; Marinho, 2020; Castro; Chaguri, 2020; Matos, 2020). O trabalho de cuidado com idosos e enfermos também recai sobre mulheres, dentro ou fora de casa – e isso explica também como elas se encontram mais vulneráveis em epidemias, como mostra o trabalho da antropóloga Denise Pimenta (2019) sobre o ebola em Serra Leoa. Dados da ONU Mulheres (2020) indicam que 54% das mulheres dependem do trabalho informal na América Latina, o que as posiciona como mais vulneráveis à perda do seu rendimento com a pandemia de covid-19 (6 razões [...], 2020). Ainda, segundo a Organização Internacional do Trabalho, são cerca de 14 milhões de mulheres que

atuam como trabalhadoras domésticas em casas de família na América Latina e Caribe, parte significativa delas sem proteção trabalhista ou social adequadas (OIT, 2020). Definida como uma espécie de “pandemia invisível”,² a violência contra meninas e mulheres cresceu durante as medidas de restrição de circulação adotadas para a contenção da pandemia. Ver também Costa (2020) e Silva (2020).

Não é difícil perceber que estamos diante de um panorama bastante complexo em termos de gênero. Contudo, como já afirmou Donna Haraway (2004), uma teoria feminista de gênero tem de ser ao mesmo tempo uma teoria da diferença racial em condições históricas específicas. Gênero e raça existem em sistemas históricos de produção e de reprodução: o trabalho realizado por homens e mulheres é uma espécie de moldura para o entendimento de como raça e gênero vão se conformando nas suas interseções. As dimensões de produção de riqueza ou de reprodução da própria vida admitidas pelo trabalho são, aliás, indissociáveis – e, aqui, precisamos falar de feminismos como quem fala da exploração do trabalho no capitalismo catastrófico contemporâneo. Trata-se, ainda, de uma relação de exploração que é marcada pelo racismo e pela escravidão como experiência histórica que atravessa os corpos de homens e mulheres negros e negras nas Américas. A contribuição dos feminismos negros pode nos ajudar a entender as fragilidades que marcaram a exposição de Mércia e Cleonice à

2. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/multimedia/2020/4/infographic-covid19-violence-against-women-and-girls>. Acesso em: 13 jul. 2021.

covid-19, como mulheres negras trabalhadoras em setores marcados pela desvalorização e pelo cuidado.³

Retomando o trabalho de feministas negras, como Hortense Spillers (1987) e Hazel Carby (1987, 2012), e na esteira das suas reflexões, Haraway argumenta que as mulheres negras foram racial e sexualmente constituídas numa instituição específica, a escravidão, que as excluía das normas de parentesco que conformaram a subordinação das mulheres pela obrigação do casamento heterossexual. Carby (2012) chama a atenção para como as ideologias da domesticidade e da maternidade femininas negras se construíram por meio do trabalho escravizado das mulheres negras como empregadas domésticas ou como “amas de leite” ou “mães substitutas” para famílias brancas, mais do que para suas próprias famílias. Isso nos obriga a questionar não apenas o lugar dessas mulheres nas hierarquias de gênero e raça, mas também o uso de conceitos como “família” e “reprodução”: “o que significa o conceito de reprodução numa situação em que as mulheres negras realizaram o trabalho doméstico fora de seus próprios lares a serviço de famílias brancas?” (Carby, 2012, p. 219).

3. Haveria muito mais a dizer sobre esse tema, mas há outras questões que nos importam aqui. Haraway (2004) conclui seu texto sobre a trajetória do conceito de gênero fazendo alusão à imagem de uma “fênix que falará todas as línguas de um mundo virado de ponta cabeça”. Essa fênix é o próprio conceito, revirado e reconstruído até renascer falando outra língua, uma língua plural. Essa língua plural é a língua das mulheres lésbicas, negras, chicanas, imigrantes, não ocidentais, indígenas, que têm travado uma luta intensa e constante nos feminismos de modo a alargar e desestabilizar a categoria “mulher”, reivindicando-a para si e ao mesmo tempo recusando-a quando ela aparece sob o signo do colonialismo e do racismo. Entendemos isso claramente quando complicamos a dimensão de gênero a partir do empreendimento colonial e da escravização de pessoas negras nas Américas.

Por outro lado, como lembra Hortense Spillers (1987), muito embora as mulheres escravizadas também se reproduzissem, dando origem a outros sujeitos, nesse caso não se pode ler essa relação como equivalente à relação instituída pela filiação no caso de mulheres brancas, já que tanto mulheres como homens negros escravizados tiveram roubado o seu direito parental quando davam origem, antes de tudo, a novos sujeitos escravizados, os quais eram propriedade por direito dos homens e mulheres brancos. Como veremos adiante, a partir da contribuição de Lélia Gonzalez, guardadas as devidas singularidades de cada contexto nacional, tais relações históricas também marcaram os lugares destinados a mulheres negras no universo societário brasileiro. O mundo que essas relações instituíram implica as maneiras pelas quais nós hoje vivenciamos os complexos entrecruzamentos entre raça, gênero e desigualdades, inclusive durante uma emergência como a pandemia. Tais relações seguem ecoando nas vidas e mortes de mulheres negras.

Patricia Hill Collins (2019, p. 43) afirma que as feministas negras produzem um pensamento que visa também “encontrar maneiras de escapar da, sobreviver na e/ou se opor à injustiça social e econômica prevalente”. Estamos falando, portanto, sobre “saberes de resistência”, construídos a partir de uma experiência social e histórica compartilhada.⁴ Não existe um ponto de vista homogêneo da mulher negra,

4. Como argumenta Collins (2019), as experiências de mulheres negras são diversas e certamente vividas a partir de outros pertencimentos – sexualidade, nacionalidade, classe social, geração etc. –, como a perspectiva das interseccionalidades enfatiza. Isso não impede, porém, o reconhecimento de uma experiência histórica compartilhada.

uma mulher negra essencial, arquetípica, cujas experiências sejam “normativas” ou “autênticas”. É “mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns” (p. 73).

Esse corpo coletivo de saberes interpela não apenas o modo pelo qual essas mulheres vivem a dimensão de raça numa sociedade desigual, mas também a maneira pela qual gênero é um aspecto inseparável de como a raça é experienciada. Ao longo de sua história de exploração, as mulheres negras desenvolveram redes organizacionais comuns, compartilharam experiências e construíram um corpo coletivo de saberes, e isso tem tudo a ver com trabalho. Segundo Collins (2019), as mulheres negras, ao serem relegadas em boa parte à exploração econômica no trabalho doméstico, puderam desenvolver seu pensamento a partir de um ponto de vista social único, ao mesmo tempo de dentro e de fora (*outsider within*): elas tinham uma visão dupla que alcançava as elites brancas – de perspectivas que eram vedadas aos homens negros – e uma experiência social negra compartilhada. Ao trabalhar nas casas de mulheres brancas e de classe alta e, ao mesmo tempo, estar fora-dentro dessas fronteiras, as mulheres negras ampliaram o alcance do seu olhar sobre as dinâmicas sociais.

Recorrendo novamente a Donna Haraway (1995), as perspectivas dos subjugados não podem ser tomadas como posições “inocentes”, mas estão mais propensas a reconhecer o sentido parcial do conhecimento na sua dimensão crítica e nem por isso menos objetiva. Muito pelo contrário, os

saberes subjogados parecem “prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo” (Haraway, 1995, p. 24). Tal promessa, contudo, não se dá por um passe de mágica, mas porque esses saberes corporificados justamente recusam a ficção de um saber totalizante e universalizante que, no final, é restrito a um universal masculino, branco e ocidental. Entretanto, quando transpostos para ambientes acadêmicos, tais saberes são continuamente recusados, bem como são negadas

as realidades das mulheres negras [...] por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia (Collins, 2019, p. 48).

Impedidas de ocupar plenamente posições internas, as mulheres negras permaneceram num lugar marginal, que acabou por proporcionar mais uma vez uma perspectiva própria sobre o pensamento feminista e o pensamento social e político negro. Uma das contribuições mais notáveis dos feminismos negros foi pensar o lugar do trabalho na experiência de mulheres negras. Na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres nos Estados Unidos, em 1851, Sojourner Truth, uma mulher negra ex-escravizada, tensionava as posições tanto de homens contrários aos direitos das mulheres, como das mulheres brancas. Angela Davis

(2016, p. 71) descreve esse momento no âmbito de uma análise sobre classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos:

Com simplicidade persuasiva, Sojourner Truth apontou que ela mesma nunca havia sido ajudada a pular poças de lama ou a subir em carruagens. As mulheres negras jamais foram o “sexo frágil”. Dizia Truth: “Não sou eu uma mulher?” [...] “Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?”.

A fala de Truth ainda hoje ressoa, faz pensar o ponto de vista das mulheres negras e sua relação com a exploração do trabalho. Isso porque às mulheres negras é relegado o trabalho duro, em condições sub-remuneradas. Nos Estados Unidos, Collins (2019) conta como o trabalho doméstico realizado por mulheres negras em residências particulares foi hoje substituído por mulheres imigrantes. Como podemos imaginar, isso não significa o fim de um padrão de exploração nesses trabalhos, nem mesmo da exploração das mulheres negras. Ainda que nos Estados Unidos elas não sejam mais a maioria no trabalho doméstico, esse mercado de trabalho se-

que reservando às mulheres negras as vagas mal remuneradas em restaurantes de *fast food*, asilos, creches e lavanderias no setor secundário de empregos. No setor primário, essas mulheres ocupam os estratos inferiores quando são secretárias e auxiliares administrativas; e são professoras, assistentes sociais, enfermeiras e administradoras quando ocupam seus estratos superiores. São ocupações que têm certas coisas em comum: “as mulheres negras se ocupam do suporte emocional e da higiene de outras pessoas”, frequentemente com salários mais baixos, como argumenta Collins (2019, p. 90).

Ainda, soma-se a isso o trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico pelas mulheres negras. Ele tem sido entendido ao mesmo tempo como limitante, quando é exemplo da exploração do trabalho de mulheres e das desigualdades na família, e como potente, quando a casa, o cuidado e o afeto assumem formas de resistência ao racismo, mas pouco se fala sobre quão árduo é esse trabalho. É por isso que Hill Collins mobiliza o trabalho da antropóloga Zora Neale Hurston (2002) para dizer que as mulheres negras são as “mulas do mundo”, carregando nas costas um pesado fardo em trabalhos que também as desumanizam.

Como, no Brasil, tais processos podem ser situados desde uma perspectiva histórica da articulação entre raça, gênero e trabalho? Na trilha dos feminismos negros, mobilizamos a contribuição de Lélia Gonzalez (1984) no modo como ela situa as formas pelas quais a mulher negra ganha uma certa existência social e simbólica na história e no imaginário das relações raciais brasileiras. Em seu texto “Raça e Sexismo na Cultura Brasileira”, Lélia vai armar essa discussão por meio da

polissemia de sentidos da categoria “mucama”: seu significado como a “amásia”, ou seja, a mulher negra escravizada que era obrigada a manter relações sexuais e extraconjugais com o senhor; mas também como a mulher negra escravizada que trabalhava no âmbito doméstico das casas-grandes e, por fim, mas também “por vezes”, como ela chama a atenção, no sentido de “ama de leite”, ou seja, a mulher negra que cuidava e amamentava a prole de crianças brancas das casas-grandes. De modo que a mucama é vista por Lélia como uma espécie de categoria socialmente geradora dessa face tripartida de como a mulher negra, ou o lugar da mulher negra, vai coexistir na vida e no imaginário social e racial da sociedade brasileira: a mucama como “amásia/mulata” (um significado sexual), a mucama como “empregada doméstica” (uma função de trabalho) e a mucama como ama de leite e figura da “mãe preta” (ou seja, função materna no seu próprio grupo e para o grupo dominante).

Todas essas categorias guardam ao mesmo tempo uma relação de violência e de cuidado, porém, e talvez por isso mesmo, não são propriamente exclusivas umas às outras: elas podem se deslocar de uma à outra conforme as situações específicas em que as mulheres negras são vistas (Gonzalez, 1984).⁵ Entretanto, todas essas imagens recolocam lu-

5. Ou seja, a mulher negra, no tecido da sociedade escravista e nas atualizações de seu lugar na história brasileira, é virtual e potencialmente essas três figuras, com fronteiras frágeis umas das outras, podendo uma se reverter na outra nessa triangulação simbólica entre a empregada/mulata/mãe ou ama de leite (mas que é também a figura das “babás”). Mas elas continuam sendo, como afirma Gonzalez (1984), atribuições de um mesmo sujeito subalternizado, que são as mulheres negras.

gares e atribuições que o racismo naturaliza como próprios da mulher negra na sociedade brasileira.

Trabalho doméstico, cuidado e saúde

Foge ao escopo do nosso texto entender as dinâmicas envolvendo raça e gênero no mercado de trabalho. Restringindo-nos às ocupações que exerciam Mércia e Cleonice, às vidas das quais rendemos homenagem aqui, nos parece importante apontar alguns caminhos para a compreensão das relações entre raça, gênero e trabalho no setor de saúde e no setor doméstico, particularmente considerando o modo como eles se interseccionam a partir da dimensão de cuidado que compartilham.

No setor doméstico, diferentemente dos Estados Unidos, as mulheres negras brasileiras continuam sendo maioria no trabalho doméstico em residências particulares no Brasil. Como bem demonstram Márcia Lima e Ian Prates (2019), segundo dados da Pnad de 2012, são 5.239.867 os trabalhadores domésticos no Brasil. Entre esses milhões de trabalhadores, 64% eram pessoas negras e 92,8% eram mulheres. Os autores também apontam o envelhecimento do perfil do emprego doméstico, que se dá pela redução da participação das mais jovens nesse segmento – em parte absorvidas também pelo setor de serviços, como auxiliares administrativas, trabalhadoras nos serviços de embelezamento e higiene e operadoras do comércio em lojas e mercados. Apesar dos números indicarem mudanças gerais no perfil do emprego doméstico na articulação com o setor de

serviços num momento específico de redução das desigualdades sociais no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000, os dados apontam a persistência das desigualdades raciais, com diferença salarial de 17% no setor doméstico e de 19% no setor de serviços em favor das mulheres brancas. Lima e Prates (2019) destacam, ainda, um cenário negativo para trabalhadores domésticos no país, mesmo diante das políticas específicas realizadas nos governos do Partido dos Trabalhadores. A perspectiva contemporânea de fragilização dos direitos trabalhistas e sociais indicava a difícil sustentação dos poucos avanços na área, e, como veremos, a pandemia de covid-19 aprofundou ainda mais essa fragilização.

Em relação aos profissionais de saúde, setor no qual atuava Mércia e que, por isso, também é de interesse deste capítulo, Mônica Wermelinger *et al.* (2010) apontam, com base nos dados do IBGE do ano 2000, que 66% da força de trabalho no setor de saúde está concentrada nas mulheres, distribuídas desigualmente entre as funções de maior prestígio e remuneração. No setor com formação universitária, entre médicos e médicas, as mulheres representavam 35,94%, sendo parcela minoritária; mas, entre as enfermeiras, esse número subia para 90,39% de participação feminina. Entre profissionais de nível técnico e auxiliar, a presença das mulheres era ainda maior: perfaziam 73,7% do total e, entre os técnicos e auxiliares de enfermagem, chegavam a ser 86,93%. Os dados mostram que a tendência geral de feminização do trabalho no setor de saúde não se distribui igualmente entre as profissões: essa feminização acompanha as desigualdades de gênero, estando as mulheres sobrerrepresentadas

nas profissões de menor prestígio, nível de escolaridade e remuneração. Segundo as autoras, se considerássemos as trabalhadoras que estão na informalidade, esse número tenderia a aumentar. Além disso, se considerarmos as cuidadoras domiciliares, há também aí uma representação maciça de mulheres, muitas vezes na fronteira entre a profissional de saúde e a empregada doméstica.

Esses poucos dados já são suficientes para entendermos como as mulheres estavam na linha de frente do enfrentamento à covid-19 no setor de saúde, desempenhando esse trabalho em condições desiguais. Entrecruzados com raça, adicionam-se a essas desigualdades outros aspectos. Maria Lombardi e Veridiana Campos (2018) trazem dados específicos sobre raça e gênero nas três principais profissões do campo da enfermagem: enfermeiros/as de nível superior, técnicos/as em enfermagem e auxiliares de enfermagem. As autoras trabalham com dados de 2015 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, além de dados da pesquisa Perfil da Enfermagem, realizada pela Fiocruz em 2015. Ainda, mostram como a enfermagem se constitui historicamente como subordinada à medicina, o que empurra seu *status* social para baixo, e como isso tudo tem uma interação fundamental com gênero e raça. Em 2015, 85,6% das enfermeiras eram mulheres, dentre as quais apenas 29,6% se autodeclaravam negras. Já entre as técnicas e auxiliares de enfermagem mulheres, 39,8% se autodeclaravam negras.

Os números atestam, portanto, a maior presença de mulheres negras nos estratos mais baixos da enfermagem

e levantam a hipótese da sua menor presença nos empregos formais na área da saúde quando comparadas com as profissionais brancas. Tudo isso também nos transporta para o processo histórico que empurrou gradativamente as mulheres negras para os estratos mais baixos da profissão, na medida em que ocorria um projeto de profissionalização da enfermagem a partir do final do século XIX, quando

uma grande gama de trabalhos de cuidado até então prioritariamente executada por uma população negra tende a se transformar em profissão específica e, sob essa égide, vai passar por processo de branqueamento, sinônimo de respeito social e a elitização (Lombardi; Campos, 2018, p. 33).

Esse processo também mostra continuidades e disjunções históricas, a partir do século XIX e do pós-abolição, nas quais diferenças de gênero, raça e classe lograram efeitos decisivos, de um lado, na exclusão ou inserção subordinada de mulheres negras no campo profissional da saúde e, de outro, na sua retenção nos estratos mais baixos da estrutura ocupacional brasileira, sobretudo nas atividades mal remuneradas ou não pagas, fortemente associadas ao feminino (doméstico) e à negritude (atividades de cuidados e “de servir”) (Graham, 1992).

“Cleonice Gonçalves, presente!”: esse foi um dos gritos de luta nos grupos de WhatsApp de trabalhadoras do-

mésticas, como descreve Louisa Acciari (2020). A autora relata que as domésticas estavam “apavoradas” com a covid e, com base na sua experiência de pesquisa, afirma ainda que elas costumam sofrer de comorbidades importantes na evolução da doença, como diabetes e hipertensão, além de hérnia, problemas de coluna e pedras na vesícula e outras questões de saúde que podem ser associadas ao trabalho pesado e à própria pobreza e dificuldades de acesso à saúde. Segundo as sindicalistas entrevistadas por Acciari, cerca de 90% das diaristas estavam sendo demitidas sem remuneração naquele momento ainda inicial da pandemia. Como são autônomas, não contavam com nenhuma proteção trabalhista. No caso das empregadas domésticas registradas, 70% foram afastadas com remuneração, negociando antecipação de férias e outras possibilidades, mas esses dados dizem respeito apenas às sindicalizadas no município de São Paulo. As cuidadoras de idosos, por fim, são um dos setores mais preocupantes, pois foram consideradas “trabalho essencial” diante das medidas de distanciamento social adotadas na gestão da pandemia – e a maioria seguiu trabalhando. Nesses casos, inúmeros abusos foram registrados, como, por exemplo, a não disponibilização de equipamentos de proteção e a obrigação de quarentena forçada no local de trabalho, com alguns sindicatos chegando a falar em “cárcere privado”. A luta, como diz Acciari, é para que as trabalhadoras domésticas também tenham o direito ao cuidado adequado, para que sejam consideradas como “seres humanos”. Cleonice, que começou a trabalhar como doméstica aos 13 anos, não teve esse direito.

No caso das profissionais da enfermagem, como Mércia, aquelas responsáveis pelo cuidado direto e asseio dos doentes encontraram-se em grande exposição, particularmente quando não contavam com equipamentos de proteção adequados. Seu trabalho é essencial para o bem-estar e recuperação dos doentes – e também são esses profissionais que muitas vezes confortam enfermos e famílias, realizando um trabalho emocional muito desgastante. O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) lançou em maio de 2020 o Observatório da Enfermagem, onde se registra os dados de adoecimento e óbito pela covid. Em junho de 2021, quando escrevemos este texto, foram 57.268 casos reportados desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020 – cerca de 40.000 desses casos se deram em curva acentuada entre abril e setembro de 2020 e aproximadamente 85% deles são de mulheres. Entre os 808 óbitos, com uma taxa de 2,54% de letalidade, a curva de crescimento é mais distribuída e cerca de 68% são de mulheres.⁶ Isso representa, evidentemente, a presença feminina na profissão e a sua conseqüente exposição ao vírus.

Infelizmente, não há dados por raça ou por estrato profissional na enfermagem, que seriam importantes para uma análise interseccional. O Conselho, porém, nos ajuda a entender esses dados para além da “fatalidade”. No dia 6 de maio de 2020, o presidente do Cofen fez a seguinte declaração à imprensa:

6. O Observatório da Enfermagem está disponível em: <http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2021.

Esta situação gravíssima reflete a escassez de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), treinamento adequado das equipes, profissionais de grupos de risco mantidos na linha de frente do atendimento, subdimensionamento das equipes, dentre outros fatores. Não somos máquinas (Feris, 2020).

O Cofen precisou acionar a justiça para garantir o afastamento de profissionais em grupo de risco e a realização de testes. Para Mércia, infelizmente, nada disso chegou a tempo.

Considerações finais

Quando falamos sobre a covid-19 no Brasil, os números são tão importantes – e alarmantes – que precisamos fazer o esforço de lembrar das vidas por trás deles. Gostaríamos que este capítulo fosse lido a um só tempo como um ensaio, mas também como uma tentativa de registro da pandemia e uma homenagem a Mércia e a Cleonice. Há, por certo, muitas outras questões envolvendo a precariedade da vida e do trabalho de populações pobres e negras no Brasil que rebatem na experiência da pandemia. Há também a vulnerabilidade diferencial em termos de gênero: o contraponto exemplar às mulheres pobres e negras, domésticas e profissionais de saúde talvez sejam os entregadores de aplicativo ou os motoristas de ônibus. Isso excede, contudo, o escopo da reflexão aqui proposta.

Gostaríamos de concluir retomando a discussão sobre cuidado e trabalho doméstico. A pandemia, essa emergên-

cia global que se mostra em classe, raça e gênero, explicita na sua letalidade a desvalorização do trabalho do cuidado e do trabalho doméstico na sociedade brasileira – uma marca, aliás, não só da sociedade brasileira, mas que acompanha a experiência histórica da escravidão nas Américas. Essa desvalorização acontece numa via de mão dupla: tais ocupações são historicamente desvalorizadas e, por isso, são mais desempenhadas por mulheres e mulheres negras; e o fato de serem desempenhadas por mulheres e mulheres negras faz com que novamente raça e gênero se atualizem na (re)produção de mais desigualdade. Não desejamos apagar todas as nuances que aí existem, mas enfatizar o precário reconhecimento que historicamente perpassa essas ocupações e que se manifestam desigualmente em termos de gênero e de raça num país no qual não se pode dizer que a abolição da escravidão se deu plenamente.

Referências

6 RAZÕES pelas quais o impacto do coronavírus sobre as mulheres é maior. *OXFAM Brasil*, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/6-razoes-pelas-quais-o-impacto-do-coronavirus-sobre-as-mulheres-e-maior>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ACCIARI, Louisa. 'A trabalhadora doméstica também é um ser humano': o direito a quarentena remunerada como novo privilégio social? *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*, Rio de Janeiro, reflexões na pandemia, p. 1-8, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-5>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BONELLI, Maria da Gloria; MARINHO, Rossana. Gênero, profissões e *home office* na pandemia. *Contemporânea*, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 443-455, jan./abr. 2020.

CARBY, Hazel. Mujeres blancas, ¡escuchad! El feminismo negro y los límites de la hermandad femenina. In: JABARDO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros: una antología*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012. p. 209-243.

CARBY, Hazel. *Reconstructing womanhood: the emergence of the Afro-American woman novelist*. New York: Oxford University Press, 1987.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. *Linha mestra*, Campinas, v. 14, n. 41a, p. 23-31, 2020. Disponível em: <http://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/388/0>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Violências contra mulheres em tempos de covid-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 252-255.

COLLUCCI, Cláudia. Auxiliar de enfermagem de 68 anos é 1ª funcionária do Emílio Ribas a morrer de Covid-19. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/auxiliar-de-enfermagem-de-68-anos-e-1a-funcionaria-do-emilio-ribas-a-morrer-de-covid-19.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERIS, Flávia. Cofen registra 10 mil casos suspeitos de Covid-19 na enfermagem. *Coren/PR*, Curitiba, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.corenpr.gov.br/porta1/noticias/1085-cofen-registra-10-mil-casos-suspeitos-de-covid-19-entre-profissionais-de-enfermagem>. Acesso em: 21 jul. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Raça e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-224, 1984.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HURSTON, Zora Neale. *Seus olhos viam Deus*. São Paulo: Record, 2002.

LIMA, Marcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-172, maio/ago. 2019.

LOMBARDI, Maria Rosa; CAMPOS, Veridiana Parahyba. A enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social na formação do campo profissional. *Revista da ABET*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 28-46, jan./jun. 2018.

MATOS, Marlise. Pandemia covid-19 e as mulheres. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 256-258.

MELO, Maria Luisa. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. *Uol Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *O trabalho remunerado na América Latina e Caribe*. Notas OIT. Brasília, DF: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_229664.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

ONU MULHERES. *Gênero e covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

PIMENTA, Denise. *O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia de Ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas)*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Mayara Costa de Oliveira. Quarentena como fator de risco: reflexões sobre violência doméstica durante a pandemia da covid-19. In: GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: Anpocs; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 264-268.

SPILLERS, Hortense. Mama's baby, papa's maybe: an American grammar book. *Diacritics*, v. 17, n. 2, p. 64-81, Summer 1987.

WERMELINGER, Mônica *et al.* A força de trabalho do setor de saúde no Brasil: focalizando a feminização. *Revista Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 54-70, maio 2010.